

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 3/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1. Secretário – Germano Fernandes
2. Secretário – Idalina Mendes Lopes

SUBSTITUIÇÕES

Carina Marques Rocha Fernandes (*substituída por Cristina Maria Vaz Gomes Martins*)

António César Marcos Gata (*substituído por Manuel Augusto Alves Lousa*)

Patricia Alexandra Ferreira Batista (*Substituída por Lídia Martins Ribas*)

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula (*Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé*)

HORA DE ABERTURA: Quinze horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às quinze horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: -----

a) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29-04-2022 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Não **havendo intervenções**, o senhor Presidente da Assembleia informou que havia recebido um e-mail do senhor José Escada, no dia 23 de junho, sugerindo alterações à ata, as quais serão transcritas na íntegra e no seguimento da sua discussão. -----

No ponto introdutório do e-mail consta: -----

"Começo por manifestar o meu mais veemente protesto, por não me ter sido enviada a minuta da ata, para eventuais correções, como sempre tem acontecido. Considero a atitude um ato discriminatório, que desrespeita a Lei do Estatuto do Direito da Oposição." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que certamente devia haver um lapso do senhor José Escada: primeiro porque a minuta da ata nunca foi enviada aos membros da Assembleia, pelo que ele nunca a podia ter recebido anteriormente; segundo porque a minuta da ata é, por regra regimental, lida e aprovada no final de cada sessão, tendo a mesma sido aprovada por

unanimidade; terceiro, importa lembrar ao senhor José Escada que é a proposta de ata que é enviada antecipadamente aos membros da Assembleia, o que aconteceu, como sempre tem acontecido, pelo que não entendia o protesto. -----

Pelo senhor **José Escada** fora dito no e-mail: -----

"Ponto 2 expediente -----

Nota: O Sr. Presidente da Assembleia persiste em dizer na AM o que bem entende e limpar depois, covarde e irresponsavelmente, da ata, as suas afirmações, atitudes e comportamentos." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que as afirmações do senhor José Escada não são aceitáveis, por serem falsas e injuriosas, pelo que não comentaria o afirmado.-----

Ainda no Ponto II – Expediente, a 1.ª Proposta de alteração apresentada pelo Senhor José Escada foi que devia constar o seguinte : -----

"O senhor Presidente da Assembleia informou que o assunto fora remetido pelo senhor José Escada diretamente para o senhor Presidente da Câmara e, como tal, resta ao Presidente da Assembleia enviar o e-mail vai para o caixote do lixo." -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que a proposta de alteração não podia ser aceite por não corresponder à verdade, referindo que *« a ata deve conter, em síntese, as deliberações, e evitar as expressões menos abonatórias usadas muitas vezes no calor da discussão, muitas vezes até em sentido figurado, como foi o caso e até, de forma insistente, também em sentido pedagógico, com o objetivo de recordar ao senhor José Escada que os membros da Assembleia devem dirigir os pedidos de esclarecimento que queiram solicitar, por exemplo, ao Presidente da Câmara, através da Mesa da Assembleia ou do seu Presidente. Quando não o fazem, deixa de ter sentido, comunicar ao Presidente da Assembleia que pediram informações ao Presidente da Câmara. Nesses casos, como já referi, considero haver uma quebra*

das regras e do respeito institucional, sendo por estas razões que as informações dirigidas em segunda mão ao Presidente da Assembleia não são consideradas para efeitos de agendamento»-

De seguida concedeu a palavra ao senhor **José Escada**. -----

“As sessões são gravadas. Eu digo que disse, o senhor Presidente da Assembleia diz que não disse. Só há uma maneira de clarificar isso, dar acesso às gravações, como eu já fiz uma vez, e o assunto fica esclarecido.” -----

Em resposta o senhor **Presidente da Assembleia** reiterou o afirmado anteriormente, pelo que mantinha o texto inicial da ata para aprovação dos membros da Assembleia.-----

2.ª Proposta de alteração -----

Ponto 3 – Assuntos diversos, página 68: -----

“Após pedir à Mesa para ser avisado logo que o seu tempo se esgote, porque quer cumprir as regras, o senhor José Escada prosseguiu com outra recomendação sobre a atribuição de bolsas”

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que o afirmado corresponde aos factos, pelo que deve ser efetuada a correção indicada pelo senhor José Escada. -----

3.ª Proposta de alteração -----

Ponto 3 – Assuntos diversos, página 73: -----

“Imediatamente após o encerramento dos trabalhos da sessão de 29 de dezembro 2021, alguém do público, presente junto de José Escada, proferiu a seguinte expressão: 'este gajo é um ditador do caraças.’” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou ao Senhor José Escada se pretendia manter a proposta de alteração, pelo que o senhor José Escada referiu que sim. Prosseguindo, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que no dia anterior o senhor José Escada havia enviado um e-mail sobre este assunto, no qual constava o texto seguinte: -----

“Complemento ao e-mail anterior, que o parágrafo que refere a expressão: ‘este gajo é um ditador do caraças’ não deve constar da ata porque foi proferida após o Sr. Presidente ter encerrado a sessão de trabalhos da Assembleia.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que mantinha na íntegra o proposto da ata, e que o seu conteúdo está devidamente comprovado pelos factos, informando que estava disponível o extrato da gravação para o efeito, a que acrescia o facto de vários membros terem ouvido o que consta na ata, *“e não há nenhuma dúvida que foi o senhor José Escada que proferiu a expressão ‘este gajo é um ditador do caraças’. Custa-me que tente passar a mensagem que foi alguém do público ao seu lado que proferiu as palavras, e agora diz que falou com um advogado que lhe disse que isso não deve constar na ata porque ocorreu imediatamente a seguir ao encerramento da sessão»*. Não sei se notou, mas na ata a que se reporta a sessão de 29 de dezembro de 2021, não consta a referência a tal expressão, precisamente pela natureza do conteúdo. Assim, volto a perguntar: *«quer ouvir a gravação onde você diz que o Presidente da Assembleia é um ditador...?»*

Em resposta, o senhor **José Escada** disse: -----

“Não quero ouvir, nem lhe admito que o ponha.” -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, considerando a necessidade de clarificar perante a Assembleia a autoria da referida declaração, solicitou aos serviços que colocassem a gravação áudio, na qual ficou demonstrado perante a Assembleia ter sido o senhor José Escada a proferir a expressão, dirigindo-se ao Presidente: *«este gajo é um ditador do caraças»*. -----

Após a audição da declaração, o senhor **Presidente da Assembleia** afirmou que a sua intervenção acerca da declaração do senhor José Escada não seria retirada da ata em apreciação,

uma vez que, para além de a expressão ter sido proferida pelo senhor José Escada, como comprovado, este requereu formalmente que tal expressão fosse atribuída a «alguém do público presente junto dele». -----

De seguida, concedeu a palavra ao senhor **José Escada** que declarou: *"O que fez hoje aqui é revelador da sua personalidade. A partir de hoje eu tratá-lo-ei por senhor Presidente, e com toda a diferença institucional, e sempre que se porte como hoje se portou, para mim é o senhor Manuel Meirinho. E senhor Manuel Meirinho devo dizer-lhe que quando essas palavras foram proferidas a sessão já estava encerrada por si e sem dar a palavra ao público, ilegalmente. Segundo, está a usurpar os seus poderes, a usar prerrogativas que não lhe competem ao querer meter na ata algo que já não deve meter porque a Assembleia já estava encerrada. Portanto, se o senhor Manuel Meirinho quer defender a sua honra recorra aos tribunais, são os fóruns ideais para isso."* -----

O senhor **Presidente da Assembleia** reiterou o anteriormente afirmado, lembrando novamente ao senhor José Escada que a expressão por ele usada 'este gajo é um ditador do caraças' não consta na ata da referida sessão. Quanto às palavras do senhor José Escada, não faria mais comentários, reservando-se para eventual declaração para a ata seguinte, se fosse o caso.-----

4.ª Proposta de alteração -----

Ponto 3 – Assuntos diversos, página 73: -----

"Solicito a retirada do texto que covardemente calúnia à minha pessoa. O Presidente abusou da sua autoridade, disse o que bem entende e não deu a possibilidade da defesa da honra. Uma atitude vergonhosa e sem princípios." -----

Em alternativa solicito que seja acrescentado o seguinte texto: -----

'O Sr. Presidente, não permitiu a contestação e a defesa da honra e optou pela interrupção dos trabalhos.' -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse não aceitar a alteração proposta, uma vez que o texto reproduz aquilo que se passou, mantendo-se, portanto, o que se encontra na ata para votação. --

Foi concedida a palavra ao senhor **José Escada**: -----

"Pode pôr tudo aquilo que digo nesta Assembleia na ata, porque mantenho e assumo tudo aquilo que digo, e isso chama-se coragem e frontalidade. O que é facto é que o senhor me achincalhou e não me deu a possibilidade de defender, e essa é uma razão objetiva, clara e evidente." -----

Em resposta o senhor **Presidente da Assembleia** interveio para expressar que não punha em causa a interpretação que o senhor José Escada queira fazer sobre a sua referência ao facto de o Presidente não lhe ter dado a possibilidade de se defender, mas o que é facto é que o Presidente não vislumbrou, nos termos regimentais, qualquer necessidade de defesa da honra, porque não ocorreu qualquer ofensa à honra.-----

Por esta altura do debate, o senhor **Presidente da Assembleia**, considerou útil interromper os trabalhos e fazer um intervalo na sessão.-----

Retomados os trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, antes da votação da ata em apreciação, perguntou se mais algum membro pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor **António Serra**, que após cumprimentar os presentes afirmou que toda esta situação é lamentável. *"Em mais de 30 anos de Assembleia, nunca isto aconteceu. Os 61 membros da Assembleia não devem ser condicionados por apenas um. Deve haver ordem e responsabilidade, manda quem pode, obedece quem deve, ou seja, temos leis que nos regem aqui dentro. Nessa lei diz que o Presidente da Assembleia é que dirige e orienta os trabalhos, estando sujeito à crítica e à contestação. A nossa Assembleia está organizada por grupos partidários, portanto, é dar-lhe o valor que tem em termos de tempo, se não é dividir o tempo por 61 membros."* -----

Após cumprimentar os presentes, a senhora **Marisa Martins** disse: -----

“Senhor Presidente, se as pessoas que nos elegem tivessem assistido a estes 45 minutos sentir-nos-íamos todos muitíssimo envergonhados, e parece-me claramente que é uma questão pessoal que deveria ser resolvida fora da Assembleia. E acho que nos devíamos decidir se as atas são ou não são o resumo dos trabalhos ou se contêm todas as afirmações que se fazem. Haverá sempre divergências, mas não quer dizer que nos deixemos de respeitar enquanto pessoas. São partidos diferentes, mas o objetivo deve ser sempre o mesmo, um Sabugal melhor.” -----

Dirigindo-se à senhora Marisa Martins, o senhor **Presidente da Assembleia** disse estar equivocada, uma vez que não tem qualquer problema pessoal com nenhum membro da Assembleia. *“E o dia que tiver qualquer problema pessoal com qualquer membro da Assembleia, da Mesa ou do executivo, demito-me. O Presidente é obrigado, não só por dever da lei, do regimento e da função, a trazer à Assembleia aquilo que os membros da Assembleia lhe pedem para trazer. As atas são impostas pela lei e devem conter um resumo daquilo que nela se tiver passado. Eu procuro que as atas traduzam a essência do que se passar, mas nunca podem ‘esconder’ aquilo que aqui se passa.”*. A este propósito, o senhor **Presidente da Assembleia** reiterou que a afirmação do senhor José Escada dirigida ao Presidente: *‘este gajo é um ditador do caraças’* não foi incluída no texto da ata de 29 de dezembro de 2021, precisamente porque tinha considerado a necessidade de preservar o visado e a Assembleia. O assunto só foi incluído na ata que estamos a apreciar, em face do que aconteceu na última Assembleia, pelo que já não possível evitar a sua inclusão. -----

Foi ainda solicitada a palavra por parte do Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, senhor **Carlos Borregana**, que após cumprimentar os presentes, e dirigindo-se ao senhor José Escada disse: -----

“Querida dizer ao senhor José Escada que é a 3.ª vez que não faço uma intervenção por respeito aos meus colegas, uma vez que o senhor José Escada monopoliza esta Assembleia, e era sobre

isso que eu queria falar. Também queria dizer que não corroboro a posição da colega Marisa porque o problema está muito mais além de um despique entre o Presidente da Assembleia e o colega José Escada. Eu queria tentar fazer-lhe perceber ou mostrar-lhe o que é que se está a passar. O senhor José Escada tem toda a liberdade de fazer as suas intervenções, moções e episódios que acha que são bons para os trabalhos, e a forma como os faz também acha que está dentro daquilo que o regimento lhe permite. Para além disso Sr. José Escada, há uma outra coisa que vem a seguir. É que nós vivemos em sociedade, somos 61, e o senhor José Escada tem de utilizar essa liberdade de forma solidária, por forma a que dê oportunidade aos outros que, porventura têm o bom senso de não continuar a fazer intervenções quando os trabalhos já decorrem, com expedientes que eu ainda não percebi para que podem servir para o concelho. E, portanto, o senhor José Escada tem de utilizar essa liberdade de forma responsável e solidária para connosco. Eu, ou qualquer um dos membros, podia arranjar na próxima sessão, 100 ou 200 moções, e não conseguíamos fazer porque seria impossível realizar esta sessão. Eu queria que o senhor José escada pensasse nisso e arranjasse forma de respeitar todos os elementos que aqui estão e de os deixar participar também. -----

Por outro lado, era bom que o senhor José Escada que está aqui em resultado de uma votação, que interiorizasse que tem de agir proporcionalmente ao resultado desse mandato, que todos sabemos que não foi grande coisa. Portanto, tem de compilar tudo isso, fazer uma introspeção, e agir em conformidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia tem tido uma paciência de jô, e nós temos tido uma compreensão de santos, mas não queria que isto continuasse assim, porque se podem estar a perder intervenções de pessoas que não estão para aborrecer a Assembleia e que não estão aqui para aborrecer a Assembleia e que se abstem de falar. É a terceira vez que me abstenho de fazer uma intervenção porque considero que não há condições. As pessoas estão fartas de estar aqui e de discutir imbróglis que nada enaltecem os trabalhos da Assembleia e nada contribuem para o progresso do concelho. Faça isso com calma e veja se na próxima sessão não há nenhum imbróglis e tenha também cuidado com o número de moções que faz, porque se todos fizermos assim isto não vai funcionar." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** alertou para o facto de se estar a discutir a ata da última sessão, estando ainda em falta o expediente e o período antes da Ordem do Dia. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar os presentes, e dirigindo-se ao senhor José Escada disse: -----

"Subscrevo muito do que foi dito pelo senhor Presidente da Junta do Baraçal. -----

Vamos continuar a perder tempo até ao final do mandato nestas coisas? O concelho tem problemas gravíssimos como tem todo o interior, vivemos uma crise profunda. O país está a definhar, e nós andamos a preocupa-nos com situações menores? Não contem comigo para este tipo de situações. É obvio que as situações devem ser discutidas, e o senhor José Escada pode até ter um grande know-how, mas tem de arranjar outra forma de o manifestar, porque esta não é a melhor forma de pôr o seu saber ao serviço do território. -----

Deixe-me alertá-lo que nos dias anteriores às Assembleias Municipais, envia e-mails que não têm qualquer interesse para o desenvolvimento do território, e eu convido-o a deslocar-se ao meu gabinete na próxima semana, para esclarecer as suas dúvidas. -----

O meu gabinete estará sempre disponível para quem quiser discutir e esclarecer qualquer que sejam as suas dúvidas. -----

Devemos ser pragmáticos, objetivos e assertivos a partir de agora." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação. -

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com o voto contra do Sr. José Escada, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 29-04-2022, com as alterações propostas e aprovadas**. Pelo senhor José Escada foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

"Senhores Presidentes, quando mando por e-mail tenho o objetivo de eficiência e eficácia. Vou apresentar o meu voto de protesto à ata, pelos mesmos objetivos de eficiência e eficácia desta Assembleia por escrito." -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura do expediente: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Carina Rocha Marques Fernandes, tendo sido substituída por Cristina Maria Vaz Gomes Martins. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por António César Marcos Gata, tendo sido substituído por Manuel Augusto Alves Lousa. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por patricia Alexandra Ferreira Batista, tendo sido substituída por Lídia Martins Ribas. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Bismula a **informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n. 1 do artigo 18. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n. 4 do artigo 43. do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ Informação apresentada pelo senhor **José Escada**, no dia 22-06-2022 – Publicação de post na rede social do Facebook sobre o Regimento (Anexo 1), que fica anexo à presente ata, em

relação à qual o senhor Presidente da Assembleia realçou que a Assembleia Municipal funciona na legalidade, sendo o regimento pela qual se rege legal. -----

➤ Voto de protesto apresentado pelo senhor **José Escada**, no dia 23-06-2022 – Voto de protesto sobre a constituição do Grupo de Trabalho para elaboração do Regimento da Assembleia (Anexo 2), que fica anexo à presente ata. -----

➤ Sobre o voto de protesto o senhor **Presidente da Assembleia** informou que não fora cometida qualquer ilegalidade. Referiu que nos termos do Regimento do Assembleia Municipal do Sabugal compete à Mesa da Assembleia elaborar a proposta de regimento ou propor a constituição de um grupo de trabalho para esse efeito. O Presidente optou por ser a Mesa da Assembleia a elaborar uma anteproposta de revisão/atualização do regimento a submeter ao grupo de trabalho para efeitos de avaliação conjunta e preparação da proposta a submeter ao plenário da assembleia para efeitos de discussão e votação. O grupo de trabalho, constituído por convite do Presidente, integra representantes dos grupos municipais colegiais (PSD, PS e CDU) e dos serviços da Assembleia, tendo em conta o princípio da confiança institucional, absolutamente necessário ao trabalho profícuo. A razão pela qual o senhor José Escada não tinha sido convidado a integrar o grupo de trabalho devia-se ao facto de o Presidente ter considerado que não estavam reunidas as condições de confiança pessoal e institucional para o efeito. Ainda assim, a não participação do senhor José Escada no grupo de trabalho não ficaria prejudicada, como a de nenhum outro membro da assembleia, uma vez que todos teriam a oportunidade de avaliar a anteproposta do Regimento a apresentar em breve. -----

➤ Recomendação ao senhor Presidente da Câmara Municipal do Sabugal, apresentado pelo senhor **José Escada**, no dia 23-06-2022, sobre procedimento de apresentação de documentos (Anexo 3), que fica anexo à presente ata. -----

➤ Pedido de informação ao senhor Presidente da Câmara, apresentado pelo senhor **José Escada**, no dia 23-06-2022, sobre o Edifício da Expo-Sabugal - ex-Dache (Anexo 4). -----

Acerca da publicação nas redes sociais feita pelo senhor José Escada, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Jorge Dias**: -----

"Uma vez que apresentou esse post que o senhor José Escada enviou para as redes sociais, e se há mentiras aí como foi dito e provado, acho que era de bom tom o senhor José Escada, nas redes sociais, fazer essa retificação." -----

Em resposta, o senhor **José Escada** disse: -----

"Creio que se refere à questão da legalidade, e o que tenho a dizer é isto: esta Assembleia funciona sob um regimento que funciona em bases ultrapassadas, não corresponde à organização político-administrativa do território. E uma mesa da Assembleia que inicia mandatos sucessivos sem aprovar ou sufragar o seu regimento para o quadriénio em causa, não se respeita a si próprio e nem respeita a renovação democrática, por isso eu digo que o regimento que aqui temos e que é tantas vezes invocado, não tem legitimidade. O que tem legitimidade é a lei, e é a lei que tem de ser cumprida. Devemos invocar a lei e não um regimento que o nosso Presidente nunca colocou à votação em três mandatos sucessivos. Se virem os sites de várias Assembleias Municipais, vêm que o Regimento foi sufragado em cada quadriénio do mandato. Portanto, a legalidade é esta." --

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que o senhor José Escada confunde a legalidade com a atualização regimental e, ainda mais com legitimidade. "As Assembleias têm de ter um regimento, e esse regimento pode e deve ser atualizado ao ritmo do contexto e das mudanças legislativas. Mas isso não tem nada a ver com legalidade, porque qualquer deliberação aqui é sempre sujeita ao princípio da legalidade. Portanto, o problema da legalidade não se põe. Uma Assembleia não é legitimada pelo regimento, mas pelo do voto. O regimento é um instrumento de organização e gestão administrativa das assembleias e não tem que ser revisto obrigatoriamente em cada início de mandato." -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -

Senhor **Alexandre Gonçalves** que, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dizer: -

"Marcas Rodoviárias -----

As marcas rodoviárias são determinantes para a segurança na estrada. Uma via convenientemente sinalizada é fundamental, pois aumenta a noção de espaço por onde circulamos e diminui a eventualidade de invadir o lado da faixa de rodagem reservado a quem circula em sentido oposto. Portanto, é importante perceber as dimensões da via, assim como as alterações à trajetória. -----

Na minha perspetiva, existe a necessidade de se investir mais nesta área no nosso Concelho, pois uma estrada bem assinalada diminui o risco de acidentes rodoviários. -----

Recentemente, a Câmara Municipal de Trancoso, com um prazo de execução de 90 dias e um valor aproximado de 40 mil euros, contratou uma empresa para executar trabalhos de sinalização rodoviária em várias estradas do Concelho de Trancoso. A obra de requalificação, para além da aplicação de 80 sinais verticais de trânsito, prevê a repintura das marcas rodoviárias em 14 estradas do Concelho. -----

No Ribatejo, a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos adquiriu uma máquina de pintura rodoviária, de forma a consumir as marcas rodoviárias nas estradas do Concelho. Segundo a Autarquia, este equipamento foi adquirido pelo valor de 7. 244,70 €. -----

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se está previsto, a breve prazo, executar este tipo de trabalhos nas estradas do Concelho?" -----

Depois de cumprimentar os presentes, tomou a palavra o senhor **Sandro Freire** para dizer: -----

"No seguimento do contrato interadministrativo proposto pela Câmara às Juntas de Freguesia, gostaria de saber se esse contrato já foi aceite por todas as Juntas, e se as juntas que já aceitaram esse contrato já receberam as respetivas transferências. -----

E sabendo, desde já, que estamos a chegar a uma época crítica para incêndios, e sabendo que essas transferências estão diretamente relacionadas com a execução da limpeza das faixas de gestão de incêndios, como está pensado fazer essa gestão dessa situação.” -----

Seguiu-se o senhor **João Manata**, que após cumprimentar os presentes disse, sobre a transferência de competências para as autarquias: -----

“O que temos em presença não é um processo de descentralização, mas sim de transferência de encargos. Não vemos nenhum apego neste processo à valorização dos Municípios, mas sim uma comprovada isenção de responsabilização do Estado. -----

Aliás, os pressupostos em que assenta este processo são prova disso. -----

Quando o sublinhado maior posto pelo governo é o de não pode resultar o aumento da despesa pública, está tudo dito quanto às intenções. -----

Todos sabemos como estão os serviços públicos, em resultado do subfinanciamento. -----

Veja-se o que está a passar na saúde, mas também na educação, para não falar no serviço de segurança social e em tantos outros. -----

Se o governo considera que o financiamento a transferir deve ser o que até agora existia na administração central, então que mantenha essas competências e esse subfinanciamento. -----

Não seremos cúmplices de um processo, em que as competências que devem ser universais e essenciais como a educação e a saúde passem a ter na autarquia o rosto da incapacidade de resposta que os governos foram acumulando durante anos. Não se atire para cima das autarquias o processo de requalificação de escolas, nas quais o Ministério da Educação, há décadas, não investe um euro, nem se acenem com fundos comunitários que não sabem se haverá, e ainda menos com a ideia que as autarquias terão de assumir comparticipação nacional. -----

As escolas devem ser requalificadas pelo Ministério da Educação, façam-no, e requalificadas que estejam, a autarquia poderá assumir o auto de transferência. -----

Quanto à saúde, a nossa posição é clara, até que não sejam repostas as condições mínimas de confiança e seriedade entre o governo e as autarquias, não apoiaremos nenhum passo na discussão

sobre as condições de transferência na saúde, quando se estão para resolver problemas de subfinanciamento, mas que já estão transferidos. -----

Exige-se que este processo, pelo que significa para as populações, seja tratado de modo sério, sem tentativas de iludir o essencial com mais promessas futuras, ou uns acertos marginais para iludir o que se impõe. -----

Agora, em 2022, o não tendo para o Orçamento de Estado para 2023, o subfinanciamento que já está comprovado, tem de ter ressarcimento agora, e não para anos futuros.” -----

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, perguntou o que se pretende fazer com a antiga Casa Paroquial da Rua 5 de Outubro e se há previsão para o início das obras da praia fluvial. -----

Após cumprimentar os presentes, tomou a palavra o senhor **Francisco Carvalho** para dizer: -----

“An investment in knowledge pays the best dividends”, Benjamin Franklin -----

No passado dia 31 de maio, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) publicou o relatório “Resultados Escolares: Sucesso e Equidade”, documento que levou o Ministro da Educação, João Costa, a defender que “o elevador social da Educação não está avariado”, contrariando a vox populi. -----

Desta feita, na minha intervenção de hoje, desejo incitar os membros desta Assembleia a refletir acerca da realidade da Educação em Portugal e a determinar o valor lógico das declarações do ministro da tutela. -----

Segundo o relatório em causa, entre 2018 e 2020, o número de retenções apresentou, tal como o número de desistências, uma sustentada tendência decrescente, tanto nos três ciclos do ensino básico, como no ensino secundário. No 3º ciclo, por exemplo, a percentagem de conclusões no tempo esperado aumentou de 80% para 86%. -----

Não obstante, este documento sublinha que a melhoria registada foi mais pronunciada entre os alunos mais carenciados e que, portanto, se observou um estreitamento do fosso que separa estes estudantes dos seus pares oriundos de estratos mais favorecidos. Se atentarmos, novamente, no

3º ciclo, verificamos que a percentagem de conclusões no tempo esperado dos alunos abrangidos pelo programa de Ação Social Escolar (ASE) descolou dos 70% para os 78%. -----

Todavia, nem tudo são rosas. Numa nota não tão feliz, a DGEEC refere que cerca de um terço dos alunos não conseguiu concluir o ensino secundário nos três anos previstos, independentemente de frequentarem os cursos científico-humanísticos ou os cursos profissionais. -----

Contudo, antes de escamotearmos estes dados, coloquemos a nós mesmos esta questão: Será o sucesso educativo, mensurado como a conclusão de cada ciclo de ensino no tempo esperado, um indicador fidedigno do efetivo sucesso dos estudantes? -----

No meu entender, a resposta a esta interrogação é um retumbante “não”. Definir o sucesso escolar deste modo é extremamente redutor. Ao fazê-lo, não só não se considera a dimensão do aproveitamento e rendimento escolar dos alunos, como também se ignora o impacto que a pandemia de COVID-19 teve no número de retenções, via mudança nas regras dos exames nacionais e por uma maior “condescendência” dos docentes. -----

A forma como esta definição oblitera o aproveitamento é, particularmente, preocupante, se atendermos ao “Estudo de Aferição Amostral do Ensino Básico 2021” divulgado, em maio último, pelo Instituto de Avaliação Educativa (IAVE). -----

Segundo esta publicação, os resultados estão longe de ser os desejáveis, uma vez que os alunos do 2º, 5º e 8º anos não só não sabem o que é uma média ou o que significa a palavra inglesa “but”, como também evidenciam dificuldades consideráveis em identificar informação pertinente e em compreender o sinal de igual como uma relação de equivalência. -----

Desconstruída a suposta definição de “sucesso”, centremos agora a nossa análise nas palavras de João Costa, ministro da Educação, e na dicotomia funcionamento vs. avaria do elevador social. ----

Seguindo a linha de raciocínio anterior, confesso, desde já, que o retirar de conclusões acerca da equidade no sistema educativo português, tendo apenas por base o hiato entre as taxas de conclusões no tempo esperado dos alunos ASE e dos alunos não-ASE e desprezando os resultados escolares, se me afigura como um raciocínio, excessivamente, simplista. -----

Posto isto, recuemos a 2018, ano em que o relatório “Um elevador social avariado? - Como promover a Mobilidade Social”, nos alertava para o facto de Portugal ser, na OCDE, o país em que

a mobilidade medida a partir da Educação atingia o valor mais baixo. De acordo com este documento, são necessárias, aproximadamente, cinco gerações para que as crianças nascidas em famílias mais desfavorecidas consigam, finalmente, auferir rendimentos médios. -----

Contudo, na eventualidade de alguém duvidar dos dados da OCDE, no ano seguinte, em 2019, a Fundação Belmiro de Azevedo publicou o estudo "A Equidade no Acesso ao Ensino Superior". Neste trabalho, os autores sublinhavam que são os alunos de classes socioeconómicas mais privilegiadas quem mais acede ao ensino superior; quem mais ingressa no subsistema universitário, em detrimento do politécnico; e quem mais vagas ocupa nos cursos mais prestigiados nas universidades mais reputadas e que, naturalmente, requerem médias de acesso mais elevadas. Em Medicina, por exemplo, observa-se que 73,2% dos estudantes são filhos de pais que concluíram o ensino superior e que, em sentido inverso, apenas 15% destes são bolseiros. -----

Finda esta análise, urge agora esclarecer o porquê de a ter feito durante esta sessão da Assembleia Municipal. -----

Primeiramente, lavrei esta intervenção para alertar os membros desta Assembleia para as enormes desigualdades que existem no sistema de ensino português, onde as origens socioeconómicas dos estudantes e o "capital humano" dos seus pais continuam a surgir como fatores preditores major não só de sucesso escolar, como também de sucesso profissional futuro. -----

Em segundo lugar, esta reflexão pretende, através do retrato realizado, enfatizar a importância de adotar medidas que visem a mitigação das assimetrias vigentes e que, simultaneamente, contribuam para o melhor e mais eficaz funcionamento do elevador social. -----

Por último, logrados os dois primeiros objetivos, chegamos ao âmago desta dissertação, isto é, a apresentação de propostas concretas que concorram a favor da tão almejada equidade na Educação. -----

É certo que o Município do Sabugal já envida esforços nesta área. Recordo, a título de exemplo, a gratuidade dos transportes escolares, a oferta, aos alunos do 1º ciclo, das fichas de trabalho e o acesso livre à Escola Virtual. -----

Contudo, na sessão de hoje, venho, precisamente, recomendar ao Executivo Municipal que reforce a aposta na Educação, através do investimento em material de apoio escolar, a saber, manuais de

preparação para os Exames Nacionais, gramáticas, livros de exercícios, etc., a disponibilizar no Centro Dr. José Diamantino dos Santos. -----

Tal sugestão advém, em primeiro lugar, da necessidade de renovar o acervo da Biblioteca Municipal do Sabugal, uma vez que os materiais de apoio ao estudo aí existentes são, na sua grande maioria, obras publicadas nas décadas de 80 e 90. -----

Dentre o reduzido espólio, os únicos livros em consonância com os Programas e Metas Curriculares em vigor são os que compõem a Coleção Resumos da Porto Editora, sucedânea dos saudosos Apontamentos Europa-América. -----

Paralelamente, esta proposta foi igualmente suscitada pelo facto de os materiais em causa terem um custo considerável e, conseqüentemente, puderem não estar ao alcance dos alunos em condições socioeconómicas mais vulneráveis. -----

Visitando uma qualquer livraria ou papelaria, verificamos, por exemplo, que um aluno do 12º ano que deseje adquirir manuais de preparação para os exames nacionais de Português e de Matemática A terá de despende, aproximadamente, de 60€. -----

Não obstante, esta medida seria ainda uma forma de levar os jovens a frequentar mais regularmente o Centro Dr. José Diamantino dos Santos, dando vida a um dos espaços mais emblemáticos da nossa cidade. -----

Peroro, agradecendo a vossa atenção e fazendo votos de que, seguindo o conselho de investimento de B. Franklin, acolham esta recomendação." -----

Seguiu-se o senhor **Presidente da União de Freguesias da Lageosa e dos Forcalhos**, João Nunes que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

"Num dos discursos da tomada de posse ouvi e aceitei que se uma freguesia tivesse menos de 300 eleitores não devia ter representação nesta Assembleia, e a outra é que Presidentes de freguesias que foram a eleições sozinhos não deviam ser legitimados. -----

Queria deixar uma reflexão para equipas ou membros que tenham tido menos de 300 votos, reflitam se realmente pertencem a esta Assembleia. -----

A segunda questão é quando a Câmara irá receber as verbas do governo da transferência de competências para as Juntas, uma vez que já se começaram as limpezas das faixas de gestão de combustível. -----

O governo e as leis obrigam-nos a limpar sem termos a verba." -----

O senhor **José Pires Manso**, após cumprimentar os presentes, disse: -----

"Necessidade de elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas como o do concelho do Sabugal -----

O tema das alterações climáticas e a necessidade urgente de todos nos adaptarmos e adaptarmos a nossa população e as nossas instituições de forma a não prejudicar o desenvolvimento futuro do nosso concelho e da região e até a aproveitar esta janela de oportunidade que se está a abrir, está na ordem do dia. -----

Nesse sentido e tendo em atenção a necessidade de: -----

- de compatibilização do Ambiente e da Economia, -----
- de adoção e promoção da economia verde e circular e de programação dos necessários investimentos verdes, -----
- de promoção da redução da emissão de gases com efeito de estufa (GHG) com vista a cumprir as metas fixadas pela UE e aceites por Portugal para 2030, -----
- de fomentar a produção e a utilização generalizada das energias renováveis em detrimento das energias fósseis que quase todos ainda usamos, -----
- de interpretar, entender e implementar as novas políticas, e os novos instrumentos atinentes a esta temática, -----
- de combater as novas catástrofes naturais, as novas crises humanitárias, e de adotar as novas tendências e valores, -----

- *de promover a discussão no âmbito das Cidades Inteligentes, da melhor forma de adaptação, nomeadamente, das novas tecnologias, às Alterações Climáticas e de gizar e implementar ações concretas.* -----

E também os factos seguintes: -----

- *de a Agência Portuguesa do Ambiente reconhecer o “inegável papel dos Municípios e das Comunidades Intermunicipais” neste debate como se depreende pelas palavras da sua responsável desta agência (APA) que referiu, depois de fazer um enquadramento da política climática nacional e europeia e de falar sobre a evolução das políticas de adaptação às Alterações Climáticas em Portugal, que “além da abordagem dos riscos das Alterações Climáticas e dos eventos extremos”, disse ainda que “É essencial a adaptação nas diversas políticas públicas, o que constitui um desafio, mas também uma inevitabilidade, sob pena de não se preparar convenientemente o território e as populações para os seus impactos”, razão pela qual, “não se pode cruzar os braços perante este enorme desafio societal”,* -----
- *de haver disponibilidade de programas específicos de financiamento para este tipo de iniciativas como PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, o Portugal 2020, o Portugal 2030 e o Fundo de Coesão da União Europeia – para financiar o debate alargado destes temas e a elaboração de Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas como o do concelho do Sabugal,* -----
- *de algumas comunidades intermunicipais e alguns municípios virem já a debater a problemática dessas alterações climáticas em contexto académico e público, nomeadamente promovendo sessões temáticas de debate relacionados com a divulgação, informação e sensibilização pública para o assunto das Alterações Climáticas, a redução da pegada ecológica, a necessidade de discutir como compatibilizar Ambiente, a Economia com vista ao desenvolvimento ambientalmente sustentável dos territórios,* -----

- *de antemão o Parlamento Europeu ter aprovado a criação do **Mecanismo de Ajustamento do Carbono Fronteiriço** (CBAM na sigla em inglês) para colocar a UE na liderança deste processo (uma das 13 propostas legislativas do pacote climático “Fit for 55” uma espécie de roteiro para a descarbonização de forma a assegurar que a UE cumpre a meta de redução de 55% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030), -----*
- *E ainda, o facto de neste momento estarem já a decorrer **apresentações públicas de Planos concelhios e até Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas** (por exemplo, a CIM da BB que vai apresentar o seu plano no próximo dia 29/6). -----*

Considerando todos estes argumentos ou elementos acabados de apresentar gostaria de perguntar ao Sr. Presidente e à CMS: -----

- em que pé está a discussão deste assunto quer no âmbito da CIM das BSE quer no município do Sabugal e, -----*
- em que pé está a - eventual e necessária - elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Concelho do Sabugal neste momento.” -----*

Por último, tomou a palavra o senhor **João Manso Dias** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Vou tentar dividir a minha intervenção em duas partes. Na primeira parte queria fazer uma pequena homenagem ao doutor Carlos Luís, devido aos problemas que está a atravessar. -----

Na segunda parte queria questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a importância do regadio para o concelho do Sabugal. -----

Relativamente ao primeiro ponto, queria dar os parabéns pela feliz e oportuníssima iniciativa levada a cabo pela União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António que, no dia 10 de junho, organizaram junto ao auditório a apresentação da biografia Carlos Luís – O Beirão Migrante, cujo

autor é o sabugalense Paulo Leitão Batista. Esta apresentação tratou-se, no fundo, de uma homenagem bastante emotiva ao senhor Carlos Luís, que foi várias vezes cabeça de lista nas candidaturas socialistas à Assembleia Municipal do Sabugal, ocupando sempre o seu lugar de membro e sendo sempre assíduo e bastante interventivo. -----

Queria com estas minhas palavras agradecer tudo o que fez pela nossa terra e pelas nossas gentes. Nunca é demais lembrar o seu percurso político, exemplar e sempre imaculado. Sempre disponível com o seu trabalho para a causa pública, para o nosso país e para as nossas comunidades portuguesas espalhadas pela Europa e pelo Mundo. Aprendi aqui com o senhor Carlos Luís, ao ser seu colega de bancada da Assembleia Municipal do Sabugal, o sentido apurado que sempre teve e a sua essência democrática, e a importância que sempre deu à questão de prestar contas aos eleitores. -----

Dos muitos cargos relevantes que desempenhou por esse mundo fora, nunca perdeu a humildade e nunca esqueceu as suas raízes beirãs. Esteve sempre pronto para servir o concelho do Sabugal e a sua terra Natal, a mítica Vila do Touro, vila esta que pertenceu outrora à Ordem do Templo e depois à Ordem de Cristo, Ordens estas que levaram Portugal à descoberta do mundo. Também o senhor Carlos Luís, podemos considerá-lo um cidadão do mundo e um dos ilustres do nosso concelho. -----

Relativamente à importância que seria nós conjugarmos as nossas forças para planear o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, em que nos anos 30 já se falava na construção da barragem, e todos sabemos o tempo que demorou a ser construída, eu achava que devíamos começar a elaborar projetos, e creio que toda a Assembleia o apoiaria nisso porque, de facto, nas terras onde há regadio, há bastante interesse por fazer e realizar investimentos. O Jornal do Fundão dizia, há dias, 'há investidores estrangeiros a oferecerem entre 18 a 20 mil euros por hectare na região de Belmonte, Caria e Meimoa. Se arrendar o preço por hectare ronda os 700 €, portanto, a terra é um ativo que tem estado a valorizar-se, principalmente quando é servido por regadio. -----

Senhor Presidente da Câmara, acho que a melhor herança que podíamos deixar aos nossos filhos e netos seria conseguir fazer um regadio em determinadas regiões do nosso concelho. -----

O leito da barragem está extremamente baixo, ainda ontem o senhor Cavaleiro partilhou uma fotografia na Cova da Beira, em que depois de dias de chuva como estes, um determinado terreno

estava a ser irrigado. Que necessidade teria este terreno de estar a ser irrigado, se nestes dias caiu bastante pluviosidade?" -----

Retomou a palavra o senhor **José Escada** para fazer a seguinte intervenção: -----

"As atuais incertezas associadas à paz e à economia mundiais acrescentam, ao Sabugal, dificuldades na sua definição estratégica. Hoje tinha planeado discorrer aqui sobre a necessidade de um Plano Estratégico adaptado às realidades atuais e previsíveis. -----

Em face do que aqui se passou, vindo do Sr. Presidente da Assembleia, decidi adiar a minha intervenção sobre o tema para me centrar hoje no grande problema do Concelho que, a meu ver, é a fraca qualidade da democracia. -----

Em termos de perspetivas de desenvolvimento sustentável a democracia tem um valor incalculável. As sociedades mais abertas e mais democráticas são mais desenvolvidas, mais inclusivas, mais igualitárias, mais equilibradas na distribuição da riqueza. -----

No Sabugal a democracia começa aqui. Esta é, ou devia ser, a casa referencial da democracia. Daqui devem emanar valores de trabalho, de dedicação à causa pública, de modelos de governação, de formas de intervenção, de respeito pela opinião contrária, a apreciação do contraditório, a beleza da dialética. -----

Não é o que vemos aqui. -----

Como em tudo na vida, para imos diretamente aos objetivos e atingimos resultados, temos que ser francos na transmissão. Por isso vou ser franco. -----

Esta Assembleia é minimalista, é fechada e é passadista. -----

É minimalista porque se limita a cumprir calendário e a ser caixa de ressonância da Câmara. Porque não tem plano de atividades. Porque tem funcionado no máximo 18 horas, por ano, ou seja, cada membro aqui presente dá ao Sabugal, por ano, o equivalente 2 dias e meio de trabalho. Repartindo as 18 horas pelos 61 membros cabe uma intervenção de 18 minutos, por ano, a cada um. Se considerarmos que o Presidente da Mesa monopoliza 50% do tempo, restam 9 minutos, por ano, para os restantes. Se considerarmos ainda o tempo que gastamos com problemas de Lana Caprina,

como por exemplo, se devemos ser designados deputados ou membros, o tempo que fica para discutir o Sabugal é muito pouco. -----

Se tiverem o cuidado de analisar sites de várias AM verificarão que a designação de deputado municipal está completamente generalizada. -----

É minimalista porque as Assembleias Extraordinárias são escassas. Porque a Comissão Permanente nunca reuniu. Porque nunca saiu desta AM qualquer iniciativa de sessão temática, de debate estratégico, de conferência, de seminário, de palestra. -----

É minimalista porque nunca esta Assembleia se pronunciou ou se fez representar em iniciativas da sociedade civil, relevantes, como por exemplo Enertech, audiência pública sobre recursos hídricos, só para dar dois exemplos. -----

É minimalista porque nunca solicitou e apreciou relatórios relativos à CIMBSE, Temas do Cró, Pró-Raia, Aldeias Históricas, Associação Territórios do Côa, etc. -----

É fechada porque funciona em circuito fechado, passe a redundância. Vejamos exemplos do atraso e do fechamento do Sabugal: -----

- Dos 15 sites dos Municípios que compõem a CIMBSE todas têm, para a AM, um espaço reservado, com visibilidade, exceto o Sabugal. -----

- 80% dessas AM têm o regimento aprovado, por quadriénio de mandato, e publicado no site, não é o caso do Sabugal. -----

- Das 15 AM, 6 já transmitem online as sessões, não é o caso do Sabugal. -----

É passadista porque a intervenção do público ocorre no final da sessão quando a grande maioria das AM estão a passar esse período para o início da sessão. -----

É passadista porque dá um péssimo exemplo de democracia aos jovens aqui presentes ao tentar limitar, sem justificação, os tempos de intervenção, sobretudo quando a participação é reduzida e quando as sessões duram, em média, 2h30min. -----

Senhor Presidente da Câmara, apreciei muito a sua intervenção. Gostei muito da intervenção do senhor Francisco Carvalho, gostava de ter acesso a ela, porque o elevador social é algo que me diz muito porque eu sou um produto dela." -----

Ao senhor João Nunes, leu mal o meu discurso, porque foi exatamente o contrário, era a defesa da microfreguesia." -----

Seguiu-se a senhora **Lídia Ribas**, que felicitou o senhor Presidente da Câmara pela sua intervenção na RTP2 sobre divulgar e promover o concelho do Sabugal. -----

Por último, tomou a palavra o senhor **Germano Fernandes**: -----

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal, estimados autarcas e demais presentes, os meus cumprimentos a todos. -----

O semanário *Jornal do Fundão*, na edição de 16 deste mês, na página 20 e relativamente ao nosso concelho diz: -----

'Novas empresas a caminho do Sabugal', e refere alguns pontos que passo a ler: -----

'Uma empresa tecnológica irá fixar-se no Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito e mais três na zona industrial do Sabugal'. E, assim sendo, pergunto ao senhor Presidente que nos dê a informação que tiver e for possível sobre estas empresas, relativamente ao tipo, ao objeto social que se pretende desenvolver, o número previsível de postos de trabalho, e, se possível, uma perspetiva do volume de negócios, e as consequências, de forma indireta, mas positivas para o concelho do Sabugal. -----

Ainda o mesmo jornal, sob o título 'Praia Fluvial Portuguesa – Zero Poluição' refere para além do mais, o seguinte: -----

'A albufeira de Alfaiates é a única praia fluvial presente nas 58 praias portuguesas com zero poluição. A distinção zero poluição feita pela associação ambientalista Zero, tem em conta a excelente qualidade das águas das praias.' -----

Ao mesmo tempo, o jornal refere também que a associação ambientalista Quercus atribuiu a qualidade de ouro às praias fluviais de Vale das Éguas e de Quadrazais. São, pois, referências a notícias muito positivas e agradáveis ao nosso concelho. -----

Os meus parabéns a todos os que contribuem para que estas distinções sejam atribuídas às estruturas de lazer e convívio do nosso concelho. -----

Um outro ponto tem a ver com a intervenção cinematográfica levada a cabo pela Netflix em Sortelha. É uma intervenção positiva, porque vai divulgar ao mundo o que é o património do nosso concelho.

E quero manifestar um apreço muito específico e muito concreto à população que vive na Vila de Sortelha, mas em especial e em particular aos autarcas e à Junta de Freguesia, na pessoa do seu Presidente, Jorge Lourenço, que está ali sentado. -----

E também quero manifestar apreço à Junta de Freguesia de Sortelha, pelo conjunto de atividades que, ao longo do ano desenvolve, referindo duas desta época, a ceifa do centeio e a malha do centeio. A ceifa já foi efetuada, a malha do centeio vai ser efetuada nos próximos dias do mês de julho. E nessas atividades de recriação de trabalhos agrícolas, nós apercebemo-nos do modo como o trabalho era executado, do convívio social desenvolvido pelas pessoas, do vestuário utilizado e até da gastronomia. É um conjunto de conhecimentos que importa manter vivos, daí os meus parabéns também à minha freguesia de Sortelha. -----

Para terminar, o tema 'delegação de competências/descentralização'. O governo da República, hoje com maioria, tem todas as condições para levar a cabo aquilo que considera útil para o desenvolvimento do país. Como dizia Augusto Santos Silva há dias 'uma maioria absoluta não permite desculpas', mas aquilo que nós verificamos é que o governo parece sem rumo e sem norte. É o descalabro na saúde, são as situações negativas na educação, é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e é aquilo que me apraz registar, o caso da delegação de competências. A conflitualidade gerada pelos autarcas, com o Presidente da Câmara do Porto à cabeça é perfeitamente inaceitável, o governo não está a negociar de forma séria e eficaz, porque se o estivesse esta situação não existia, nem com bons modos. O governo está, ao que parece, sem rumo definido para transferir para as autarquias determinadas competências. -----

E eu peço ao senhor Presidente da Câmara que nos faça um comentário sobre o modo como este processo tem sido desenvolvido e o contributo que o governo pretende dos autarcas e aquilo que pretende transferir para os autarcas. -----

Para além do comentário, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se a forma e o modo como o governo conduz este processo lhe merece crédito e qual é a opinião que têm os seus colegas autarcas.” -----

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar os presentes, respondeu às intervenções. -----

Respondendo à pergunta colocada pelo senhor Alexandre Gonçalves, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que relativamente à rede viária não há fundos comunitários para pavimentações e estradas, sendo inteiramente assumidas pelo Município, nesse sentido a CIM solicitou um mapeamento de todas as necessidades de intervenção em termos rodoviários, de forma a apurar o valor de todos os Municípios que apresentam este problema. *“Depois de se apurar o valor total das necessidades dos 15 Municípios, irá propor-se um financiamento ao BEI. O levantamento está a ser feito e é um processo muito complicado e moroso. -----*

A propósito de vias e comunicação, temos uma estrada que está em plano e orçamento, a ligação Sabugal-Sortelha, o projeto está a ser finalizado, estando orçamentada em 600 mil euros, está em Plano e Orçamento, e tentaremos realizar a obra ainda este ano.” -----

Para complementar a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, foi concedida a palavra ao senhor **Vereador Paulo Cruz**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Em relação a este assunto o senhor Presidente da Câmara fez questão de esclarecer o panorama da rede viária. A nível da sinalização horizontal a Câmara Municipal adjudicou um contrato onde foi executado, em 20 dias, a estrada municipal 538, 534 e via estruturante, sendo uma preocupação que temos. O facto é que há estradas muito degradadas e precisam de intervenção de fundo.” -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prosseguir com os esclarecimentos: ----

"Sobre a questão colocada pelo senhor Sandro Freire, acerca dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia antes de procedermos aos autos de transferência da delegação, que será efetivada a 1 de janeiro de 2023, foi necessário arranjar este mecanismo legal para transferir a verba para as Juntas de Freguesia. Para o ano 2022 estes contratos estão todos elaborados, 80% das juntas enviaram os contratos devidamente assinados e aprovados nas respetivas Assembleias de Freguesia. Os valores que estão vertidos nesses contratos não são os valores que as Juntas de Freguesia desejariam, no que diz respeito à limpeza das faixas de combustão. Vamos melhorar, está articulado com as Juntas um reforço de verba. -----

Respondendo também à questão colocada pelo senhor João Nunes, nós vivemos de duodécimos, e implica uma gestão diária. O orçamento de Estado vai entrar dia 1, e esperamos que durante o mês de julho haja a normalização contabilística desta situação. As Juntas de Freguesia vão ter um acréscimo de FEF de cerca de 12 mil euros. Assim que tivermos possibilidade vamos efetuar os pagamentos porque a lei determina que as faixas devem estar limpas até dia 31, sendo impossível devido à falta de mão-de-obra e de empresas disponíveis, e com as condicionantes dos alertas. --- É um esforço que vos peço, e agradeço a compreensão que as Juntas de Freguesia tiveram de forma a ultrapassar estas dificuldades." -----

Sobre a questão das transferências colocada pelo senhor Germano Fernandes e João Manata, foi dito pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"A questão da descentralização não está a correr bem porque é uma situação feita em cima do joelho e não salvaguardou os interesses dos municípios, nem o envelope financeiro é aquilo que era desejável. -----

Na área da educação, os estudos que foram feitos remetem para 2017-2018 e não têm em conta os aumentos dos preços. -----

Também vos posso dizer, a lei é clara, há uma comissão de acompanhamento que deve fazer relatórios permanentes e deve reportar ao Ministério que o envelope financeiro a transferir ao município não é suficiente e terá de ser repostos, mas na prática não funciona. -----

Tivemos uma reunião com a ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, em que reportámos todas estas preocupações, houve algumas evoluções, no que diz respeito à manutenção das escolas. Davam-nos 20 mil euros por escola, agora estão a utilizar uma fórmula por metro quadrado,

e vão-nos dar quase mais 5 mil euros, e depois há um outro problema, as obras nas escolas. A nossa escola secundária tem 40 anos, e de acordo com o levantamento dos nossos técnicos precisamos de, no mínimo, 5 milhões de euros para as reabilitar. De acordo com a tutela vão abrir linhas de financiamento para que os municípios candidatem essas obras, e após questionar a ministra sobre quem paga a parte nacional, e remeteram essa responsabilidade para nós." -----

O senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra à senhora **Vice-Presidente da Câmara** para tecer mais pormenores. Após cumprimentar os presentes disse: -----

"Relativamente à transferência de competências, a nossa posição nunca foi propriamente contra a transferência de competências, até porque acreditamos que a proximidade e o bom trabalho que é feito pela escola nos permitirá melhorar as condições oferecidas aos nossos alunos. A nossa questão tem a ver com a verba que é transferida para essa transferência de competências. Já vamos com 3 meses e temos um défice superior a 60 mil euros relativamente ao valor que nos é transferido. Isto quer dizer que chegando ao final do ano, o valor não vai chegar. Nós temos reunido com a Comissão de Acompanhamento, da qual a DGEST faz parte e temos reportado esta questão e o facto de ser necessário fazer intervenção nas escolas. Já tivemos de aprovar um apoio para que o Agrupamento de Escolas possa fazer face a algumas das necessidades financeiras que tem no seu dia-a-dia. Neste momento, o que está a acontecer no Agrupamento de Escolas é que o diretor da escola fazia uma gestão com o refeitório, com o bar e uma série de serviços que a escola prestava e que lhe permitia margem de manobra para outras atividades da escola e, neste momento, como lhe é retirado o refeitório, o agrupamento fica sem essa margem de manobra. Eu penso que a tutela devia ter pensado com mais calma naquilo que estava a fazer e ter salvaguardado todas essas questões, nomeadamente, até as questões da deslocação de professores a escolas do 1.º Ciclo do território em que são pagas as deslocações, mas, neste momento a escola tem algumas dificuldades em perceber como vai fazer esse pagamento. Portanto, quando estamos a falar de atabalhado, estamos a falar de terem sido transferidas as competências para os municípios sem ter salvaguardado a vida da própria escola e a capacidade de estão que as direções dos agrupamentos poderiam ter, e isto é grave. -----

Obviamente que a Câmara tem estado sempre ao lado do agrupamento de escolas e tem trabalhado com o diretor no sentido de suprir estas questões. Aliás, já estamos a trabalhar para o próximo ano

letivo na possibilidade de darmos mais resposta aos nossos alunos, porque, tal como dissemos na Comissão de Acompanhamento os nossos alunos têm os mesmos direitos que os alunos que estão numa escola do litoral, que até à data tinham dificuldade em arranjar professores para as AECs e essa é uma questão que vamos trabalhar já a partir do próximo ano. -----

Se, por um lado a transferência de competências pode ser positiva em termos de resposta que damos aos nossos alunos, por outro lado sentimos alguma desonestidade por parte do Estado porque não trouxe o envelope financeiro que deveria ter trazido." -----

Prosseguindo com a resposta ao senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** disse: ----
"No âmbito da saúde não temos delegação de competências. Nos territórios onde há ULS não há delegação de competências. No entanto, os problemas na saúde que se têm verificado são preocupantes e penalizam o nosso concelho. -----

Em termos de competências, recebemos a Educação, recebemos a Proteção Civil (exclusivamente as EIPs – equipas integradas nos corpos de bombeiros e nós pagamos 50%), recebemos o Património e tínhamos a expectativa de que passasse para a nossa gestão as casas da reserva, mas não constam do mapa de transferências, só consta a casa dos magistrados. -----

Estas são as três delegações de competências que temos e não nos trouxeram nada de abonatório para a nossa gestão diária. -----

Acerca da demolição da antiga casa paroquial é um projeto já finalizado que posso mostrar, que é a continuidade da Rua 5 de Outubro até ao Largo da Fonte, e no Largo será feito um mural e um pedestal com o busto do senhor Padre Soita. Importa realçar que é uma obra integrada no PARU, mas ainda não temos resposta da CCDR se a candidatura é aprovada ou não. -----

Relativamente às obras da praia fluvial e do Smart Work Center, houve uma reclamação, tendo sido analisadas pelo júri, e as obras iniciaram em setembro.

Em resposta à intervenção do senhor Francisco Carvalho é uma abordagem muito realista daquilo que é o estado da educação no território e é uma das áreas que o Município tem tido uma grande preocupação e muito próxima, não só naquilo que é o investimento no dia-a-dia, quer no apoio direto como nos transportes, material escolar alimentação e apoio a alunos do ensino superior." -----

Ainda sobre esta questão foi concedida a palavra à senhora **Vice-Presidente da Câmara**: -----
*"Obrigada, Francisco, pela análise que foi feita na educação. É verdade que a Biblioteca Municipal tem de ter uma nova roupagem para incentivar os mais jovens, porque sabemos que as bibliotecas, hoje em dia têm de ter outro papel e temos de disponibilizar o material que eles necessitam. Há algum tempo que temos a Porto Editora a dar acesso aos alunos onde têm esse material, e, talvez por isso não foi repensada a questão do material que se encontra na biblioteca. -----
Contudo, pensamos também intervir na própria biblioteca de forma a modernizá-la." -----*

Acerca da afirmação referida pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, *"não tenho nada a dizer, vale o que vale e ele já se defendeu. Relativamente aos contratos interadministrativos já respondi, e vamos tratar disso com brevidade. -----*

Sobre as alterações climáticas e uma série de considerações feita pelo senhor João Pires Manso, é realmente uma preocupação, sendo um tema que está na ordem do dia. Temos uma série de estudos e projetos a decorrer. Como sabem, os municípios do Sabugal e Penamacor integram uma AIGP que tem como objetivo o reordenamento da paisagem, promover a diversificação dos usos, melhorar as condições de acesso e melhorar as condições de acesso na Reserva Natural da Serra da Malcata. Temos também a cogestão com o município de Penamacor, integrado com o ICNF, baldios de Fóios e de Malcata, na cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata. -----

São projetos que visam combater as alterações climáticas, mas também estamos a trabalhar numa candidatura a nível europeu com a professora Helena Freitas para elaboração de outras candidaturas com outras entidades diretamente a Bruxelas. -----

É uma preocupação diária e também de alteração de mentalidades, no que diz respeito aos nossos recursos hídricos. -----

Temos um território com uma indústria agropecuária forte que não podemos descurar. Disponibilizamos captação de águas, para beberagem animal. Em algumas localidades não tem sido fácil. Estamos muito atentos e disponíveis para acorrer a outras solicitações. -----

Relativamente ao Carlos Luís não tenho nada a acrescentar, conheci-o como membro desta Assembleia Municipal, tendo passado por vários organismos, e é uma figura que devemos respeitar. Sobre a velha questão do regadio e dos projetos quero recordar que quando a CIM-BSE nos

solicitou no anterior mandato para o plano de ação que a CCDR nos solicitou o mapeamento das ações para o Plano PT2030 no sentido de proceder às negociações de fundos atribuídos à CIM-BSE, o município indicou cerca de 20 milhões de intervenções nestas áreas: -----

Bloco de rega de Aldeia Velha – 10 milhões; -----

Bloco de rega da Nave – 4 milhões; -----

Bloco de rega de Alfaiates – 750 mil euros; -----

Bloco de rega das Batocas – 2 milhões; -----

Criação do regadio da Bendada – 750 mil euros; -----

Ampliação do bloco de rega Sabugal/Quintas – 750 mil euros; -----

Regadios tradicionais do Côa – 300 mil euros; -----

Bloco de rega da Colónia Agrícola Martim Rei – 1 milhão e meio. -----

Isto foi o que nós reportámos e são projetos que irão estar referenciados num plano de ação que iremos reportar à tutela, mas, como é obvio, não nos vão dar 20 milhões de euros, portanto, o trabalho de casa está feito, e nós, município, não temos capacidade de executar estes projetos. --- Encetámos também conversações com o município do Fundão no sentido de elaborar um estudo acerca dos recursos que temos, de forma a termos uma noção dos recursos que temos disponíveis.

Essa questão de regarem enquanto chove é fácil de explicar, é assim que introduzem os químicos nas plantações, através da água. Verifica-se muito desperdício ao longo de toda a Cova da Beira, e deveria haver uma maior fiscalização. -----

A comissão de acompanhamento da seca também reuniu segunda-feira, e estamos à espera que saiam medidas nesta área para ver o que nós podemos complementar." -----

Sobre a questão do senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Acho que a questão que colocou foi mais para o senhor Presidente da Assembleia, não foi claramente para o senhor Presidente da Câmara. -----

É obvio que o Plano Estratégico tem de ser revisto, e já foi acordado com a empresa que fez o Plano Estratégico do Sabugal efetuar-se uma revisão do Plano Estratégico. -----

O restante penso que foi mais uma questão que colocou ao senhor Presidente da Assembleia." ----

Em resposta à intervenção da senhora Lídia Ridas, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“O programa em causa serve para mostrar o melhor que o nosso território tem, e acho que isso foi conseguido. Não só pela minha intervenção, mas pelo facto de as imagens serem muito bem conseguidas, e é através destes canais que temos de aproveitar para promover o nosso território.”

Sobre a intervenção do senhor Germano Fernandes, o senhor **Presidente da Câmara** referiu eu parte dela já havia sido respondida. -----

“Relativamente às questões das empresas. Recentemente instalaram-se no nosso território 4 empresas, uma delas no parque industrial – ‘Vestas’, que faz a manutenção das eólicas e vai criar a base logística na zona de localização empresarial e vai criar cerca de 4 postos de trabalho. No CNT vai instalar-se uma empresa de sistemas autónomos, e nesta fase apenas vai criar 1 posto de trabalho. Assim que se consiga fazer a adaptação do pavilhão no Parque Industrial irão instalar-se 2 empresas, uma na área de pintura e bate-chapas e outra na área da mecânica, criando 2 a 3 postos de trabalho cada uma. -----

Sobre as praias fluviais, foi com grande satisfação que recebemos esses galardões. Em 58 praias do interior Alfaiates receber este galardão é uma grande satisfação. -----

De recordar que esse reconhecimento Zero Poluição tem um histórico de três anos sem incumprimentos. Isto implica que tenhamos as coisas bem delineadas e estruturadas. As praias de Vale das Éguas e Quadrazais têm Qualidade Ouro pelo facto de nos últimos três anos não terem nenhum incumprimento. -----

Na questão da rodagem do filme da Netflix em Sortelha, sortelha está a ser muito procurada para este tipo de filmes, novelas e anúncios televisivos, o que nos deixa muito satisfeitos porque é mais uma forma de promover a aldeia histórica de Sortelha. Também se iniciaram recentemente as obras de requalificação de 11 casas que foram adquiridas por uma empresa para turismo de habitação, loja de produtos locais, taberna e mercearia. Sortelha é uma aldeia que está com boa dinâmica, muito também devido à persistência da Junta de Freguesia e associações locais que não deixam morrer algumas das tradições e culturas. -----

Sobre a questão de me sentir desconfortável com as delegações de competências, não, não me sinto confortável, nem os meus colegas de CIM, independentemente do partido político, devido ao insuficiente envelope financeiro.” -----

Sobre a questão de Sortelha, o senhor **Presidente da Assembleia** deixou o seu voto de congratulação. -----

Acerca da intervenção do senhor José Escada sobre as críticas ao funcionamento da Assembleia, que o senhor Presidente da Câmara deduziu que não lhe fosse dirigida mas à Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia interveio para discordar da avaliação negativista e catastrofista apresentada, dando os seguintes exemplos: *“Sou Presidente desta Assembleia há quase 9 anos, é um órgão eleito democraticamente, funciona legalmente, nenhuma decisão em 9 anos foi posta em causa por qualquer outro órgão externo. Cumprimos a lei e é respeitada a opinião de todos. ----- Provavelmente as pessoas não sabem, mas esta assembleia é a 14.ª maior assembleia do país. Não há muitas assembleias com a envergadura que tem a nossa, e a dimensão é um fator importante em matéria de funcionalidade, de intervenção individual e coletiva, etc. Não tem faltado participação dos membros, individual e coletiva e mesmo as intervenções com vista à exposição da posição de cada um e das perguntas que fazem ao Presidente da Câmara só não são mais ricas se os membros não quiserem. Podia dar vários outros exemplos, mas não vejo que haja aqui alguma pobreza espiritual, nem eu passo atestados de menoridade cívica, democrática ou de outra natureza aos membros desta Assembleia.” -----*

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -

ORDEM DO DIA

PONTO 01 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE À EMPREITADA ‘REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA E LARGO DE S. TIAGO’ -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que se trata de uma ratificação, tendo de seguida concedido a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"É uma candidatura no âmbito do PARU. Este concurso já ficou deserto duas vezes pelo facto de termos assistido a uma inflação das matérias-primas. Portanto, o concurso vai ser aberto novamente, e como vai passar de 2022 para 2023 é necessário que a Assembleia se pronuncia relativamente à repartição de encargos. É uma obra integrada no Plano de Ação de Regeneração Urbana, financiada no âmbito do PARU em 85%." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: -----

Face à informação registada sob o n.º 3069, datada de 11-03-2022, a Assembleia Face à informação registada sob o n.º 6050, datada de 18-05-2022, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a repartição de encargos referente à empreitada 'Requalificação da Praça da República e Largo de S. Tiago'**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 02 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DO SABUGAL E A UNIÃO DE FREGUESIAS DO SABUGAL E ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"É um contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município do Sabugal e a União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António. É da competência da assembleia a aprovação destes contratos. -----

Este contrato estava anteriormente protocolado com os Bombeiros na limpeza de espaços urbanos dentro da cidade, mas, por imposição do Tribunal de Contas não podemos dar este tipo de trabalhos aos Bombeiros, portanto, passámos esta competência, através de contrato interadministrativo para a União de Freguesias." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor **José Escada** que, após cumprimentar os presentes disse: -----

"A minha questão tem a ver com a formalidade democrática. O que acontece se a Assembleia de Freguesia dissesse não a estes acordos?" -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Os contratos são inicialmente acordados com as Juntas de Freguesia. A Junta de Freguesia leva à Assembleia de Freguesia, a Câmara leva à Câmara, e o órgão competente é a Assembleia." ---

O senhor **Presidente da Assembleia** interveio para referir que "o processo deliberativo está sujeito ao princípio da legalidade, muito diferente do princípio da democraticidade, por isso é que cada um pode votar como entender. E se for deliberado por maioria tem de ser respeitado. O mesmo documento está sujeito ao princípio da legalidade, no resultado até pode ser negado, respeitando a democracia e a vontade de cada um. A democraticidade tem de ser respeitada na vontade e legitimidade de cada um porque o voto é individual." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 6184, datada de 20-05-2022, **deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 03 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DO SABUGAL E A JUNTA DE FREGUESIA DE SORTELHA

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Este contrato é de idêntica natureza, no entanto, tem uma nuance. Este contrato já existe com a Junta de Freguesia de Sortelha. Inicialmente incidia sobre um imóvel que a Junta geria e que pertencia à Câmara e nós dávamos a respetiva verba. Com a colocação de três técnicos das Aldeias Históricas em Sortelha e com um projeto que estamos a desenvolver, esse edifício foi objeto de uma candidatura por parte das Aldeias Históricas, e tem de sair da alçada da Junta de Freguesia. O que está em causa é o objeto, o valor é o mesmo, o contrato interadministrativo vai incidir naquilo que é a limpeza e manutenção da zona histórica de Sortelha, tal como fazemos com as outras aldeias medievais do concelho.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 7414, datada de 17-06-2022, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Sortelha**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 04 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO E PAGAMENTO DE JUROS REFERENTE À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Como é do conhecimento da Assembleia, o Município contraiu um empréstimo de 3.160.000,00€ para as seguintes obras: -----

- Aquisição do edifício para instalação de serviços, elaboração de feiras e eventos: 710.000,00€, que aguarda decisão do tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. -----

- Recuperação das Margens do Côa e Entre-Pontes: 800 mil euros. Obra irá arrancar em setembro.

- Estrutura da barragem, turismo e lazer/ Zona de localização 1: 500 mil euros. Estamos a ultimar a aquisição dos terrenos, o projeto está pronto a abrir concurso. -----

- Aquisição de terrenos para recuperação das Margens do Côa, tem a ver com a praia Fluvial: 50 mil euros; -----

- Aquisição de terrenos para infraestrutura da barragem, turismo e lazer: 100 mil euros. -----

- Entrada sul: 1 milhão de euros, e está neste momento em obra. -----

Este empréstimo foi contratualizado há cerca de três anos, com a entrada da pandemia suspenderam os prazos de utilização. -----

No entanto, cumprindo a legislação tem de estar todo utilizado em 17-03-2023, o que quer dizer que parte das obras que aqui estão não vão estar concluídas em março de 2023 e a lei não prevê que seja prorrogado para além dessa data, o que implica é que chegamos a esta data, as obras não estão concluídas e vamos ter de liquidar o empréstimo. Portanto, as que não estiveram concluídas até lá, fica sem financiamento. Isto implica que tenhamos de iniciar um processo do novo empréstimo, com alguma brevidade, para terminar estas obras e incluir outras que entendamos que sejam obras de relevância e que criem riqueza e postos de trabalho no território.

Felizmente, ainda temos capacidade de endividamento de mais 4 milhões de euros. Para além desses 4 milhões de euros, no orçamento de endividamento que temos no orçamento e estado, a regra vai ser alterada, isto é, nós só podíamos utilizar 20% do valor de endividamento, no próximo orçamento de estado passa para 40%, o que quer dizer que vamos ter cerca de 8 milhões. Mas, passa para 40% com a salvaguarda que esses 20% de acréscimo só pode ser usado para financiar projetos comunitários, como é o caso da Via Ciclável, custa 1.700.000,00€, só financiam 50%, o resto pode ser incluído nos 20% do empréstimo. Vamos discutir esse assunto no executivo, e posteriormente virá Assembleia para ser votada e discutida. -----

Neste ponto, aquilo que está em causa é que é necessário comunicar ao banco que aceitamos a nova reprogramação financeira, isto é, com esta questão da pandemia o plano financeiro do empréstimo alterou, e é necessário que esta assembleia delibere sobre isso." -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia para dar nota que o processo de deliberação que está a ser solicitado é sobre a prorrogação do prazo de utilização de um empréstimo anteriormente aprovado, não do empréstimo em si, mas do prazo de utilização do empréstimo, que tem uma redução do período temporal de execução." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra a : -----

Senhora **Marisa Martins** que solicitou ao senhor Presidente da Câmara, se possível, que explicasse a questão dos 20% que têm de ser usados em projetos financeiros. -----

Senhor **João Manso Dias**, "*Senhor Presidente, ao cair o empréstimo no dia 17 de março de 2023, a Câmara teria 15 anos para amortizar o empréstimo, visto que a primeira prestação a ser paga começaria em abril de 2024, e iria concluir em 2039. Ao cair o empréstimo, a Câmara vai ter de pagar numa só prestação todo o montante que será gasto até à data? Claro que isso também vai implicar custos, porque caindo o empréstimo vai ter de se negociar outro, tem mais ou menos noção dos custos que isso pode acatar para a autarquia.*" -----

O senhor José Pires Manso solicitou ao senhor Presidente da Assembleia se poderia fazer uma pequena intervenção relativamente ao ponto anterior, ao que o senhor Presidente da Assembleia acedeu. Retomando a palavra, o senhor João Pires Manso disse: -----

"A requalificação da Praça da República e Largo de S. Tiago são à volta de 764 mil euros (com IVA). Queria saber o montante quando foi adjudicado e não houve candidatos." -----

Senhor **José Escada**, "*Lamento estas exceções preferenciais. Senhor Presidente, falou em reprogramação. Ao falar em reprogramação haverá que esclarecer que implicações teve essa reprogramação em termos de taxas de juros e encargos.*" -----

Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que não há nenhuma preferência pelo senhor João Manso Dias. -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proceder aos esclarecimentos. -----

Sobre a questão levantada pela senhora Marisa Martins disse: -----

"O novo orçamento de estado vai trazer uma norma que diz o seguinte: 'a margem de endividamento das autarquias é aumentada para 40%, para financiar investimentos não elegíveis pelos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários. Isto é, aquela margem que anteriormente era de 20%, passa para 40%. Esses 20% só podem ser utilizados para projetos financiados. -----

Dei o exemplo do projeto da via ciclável. Tem um custo de 1 milhão e 700 mil euros, só foi financiado a 50%, os outros 50% é o município que assume e podemos ir ao empréstimo buscar esses 50% para tesouraria." -----

Respondendo à questão do senhor João Manso, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Se calhar não usei o termo correto. O empréstimo não cai. Do empréstimo só utilizámos, até agora, 760 mil euros, 710 mil euros para a compra da Dache e cuja escritura ainda não se marcou, e se não marcarmos até 17-03, não é utilizado. E nós só estamos a pagar juros de 760 mil euros.

Em 17-03-2023, o valor que for utilizado do empréstimo é o valor que nós vamos pagar os respetivos encargos, o resto do empréstimo ao não ser utilizado desaparece. Assim que os autos da obra da entrada sul começarem a ser emitidos, vamos ao empréstimo buscar esse dinheiro."

Ou seja, só haverá encargos do valor que utilizarmos." -----

Sobre a requalificação da Praça da República, "o último concurso era cerca de 490 mil euros. Podem ver o acréscimo que teve esta obra." -----

Em relação à questão do senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse que “só se paga do montante que se usa e só é creditado consoante os autos que receberem. As taxas de juro são aquelas contratualizadas que estão em vigor.” -----

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor **Presidente da Assembleia** foi o documento colocado a votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 6779, datada de 02-06-2022, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o plano de amortização e pagamento de juros referente à prorrogação do prazo de utilização do empréstimo**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 05 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE ÁRVORE DE INTERESSE MUNICIPAL – CEDRO DOS HIMALAIAS, LOCALIZADO NA FREGUESIA DE ALDEIA DO BISPO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“É um processo frequente nas Assembleias Municipais no âmbito de um regulamento que existe no Município, candidatou-se uma árvore que é um Cedro dos Himalaias, no sentido de ser classificada e obedecer a alguns requisitos que o regulamento determina, nomeadamente, colocação de placa identificativa, colocar em roteiro de visitaçã, implica que técnicos do ICNF façam alterações e verifiquem em que estado está, e como é da competência da Assembleia, é o que se pede à Assembleia.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Assembleia de Aldeia do Bispo**, Aníbal Mariano: -----

“Nunca é tarde para a atribuição desta classificação, e esta árvore merece esta distinção.” -----

PONTO 07 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Calva**: -----

“Boa tarde a todos. No início da atividade municipal temos a Requalificação do Mercado Municipal do Sabugal. na altura das obras já foi pensado para onde vão os vendedores?” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que a Requalificação do Mercado Municipal surge no âmbito da Pró-Raia - Cadeias Curtas de Comercialização e visa melhorar as condições da praça, com a inclusão de mais lojas, telheiro e sanitários. Irá encerrar dois dias para serem efetuadas as demolições e depois manterá o seu normal funcionamento. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência de inscrição, deu a palavra ao senhor **Virgílio Janela Afonso**, após cumprimentar os presentes disse: -----

“Através da mesa queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual é o controlo que a Câmara tem sobre os resíduos de construção e demolição que se produzem no concelho. Ainda relacionado com isto, perguntar-lhe se o centro de valorização e triagem de resíduos de construção e demolição situado na Zona de Localização Empresarial do Alto do Espinhal está a funcionar. -----

A segunda questão tem a ver com a Rua Dr. Manuel Joaquim Correia, a começar pela placa toponímica, que eu acho que está muito mal situada e muito mal tratada, e se a Câmara prevê alguma intervenção a nível dos passeios, aquela é, sem dúvida a zona de maior utilização pedonal.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** respondeu que se trata de uma pergunta pertinente, *“uma vez que estão a chegar à Câmara contra ordenações, e a coima mínima são 24 mil euros. Antes havia em todas as freguesias um terreno onde eram depositados esses resíduos. Neste momento, o SEPNA não está com vontade de dialogar, nem sensibilizar as pessoas, levantando autos. Foi levantado um auto nos Foios, 24 mil euros, reclamámos e vamos recorrer em tribunal. Isto é o Estado a tramar o Estado.* -----

Para tentar resolver o problema, estamos em conversações com o proprietário do centro de recolha, que é a Tecnovia Ambiente, temos reunião marcada dia 7 de julho para chegarmos a um entendimento para a reabertura do centro e criarmos um sistema em que se colocam big bags em locais definidos para depois procederem à recolha. Acarreta custos, mas temos de correr esse risco, é preferível investir nesta solução a ter autos constantemente. -----

Da Rua Dr. Manuel Joaquim Correia a placa toponímica é da responsabilidade da Junta de Freguesia e esta avenida vai sofrer obras de reabilitação no âmbito do Plano de Mobilidade Suave do Sabugal, é uma candidatura que nos foi aprovada recentemente e vai contemplar a reconversão e a reabilitação da Rua do Emigrante, rua que vai em direção aos bombeiros, avenida 25 de abril e contorna a escola. Estas ruas vão ser todas requalificadas e o objetivo é criar uma via ciclável. É uma candidatura de 1 milhão e 700 mil euros, financiada a 50%. -----

Seguiu-se o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Fóios**, Jacques Henriques: -----

“O senhor Presidente da Câmara disse que no dia 7 haveria uma reunião para arranjar uma solução, mas até ao dia 7 o que transmitimos às pessoas que queiram depositar os resíduos nas nossas aldeias?” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“O Presidente da Junta dos Fóios já me tinha colocado esta questão, e a minha resposta é que as Juntas de Freguesia não têm competências nestas áreas, mas não podem usar os terrenos outrora usados para esse efeito. As pessoas que têm obras a decorrer têm de entregar os resíduos no centro de recolha e obter a respetiva guia.” -----

Alertou ainda para a necessidade de as Juntas de Freguesia tomarem as medidas de segurança necessária dos parques infantis, uma vez que o Município recebeu um auto de contraordenação no valor de 40 mil euros devido ao parque infantil da praia fluvial. -----

Informou os Presidentes de Junta que, conforme havia sido acordado e por recomendação da ERSAR, todos os contadores de água terão contrato, incluindo os das sedes das Juntas de Freguesia. -----

A senhora **Marisa Martins** perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual a origem da multa. E, na eventualidade dos parques de ginástica necessitarem de seguir normas e regulamentos alertou para a necessidade de o Município se precaver. -----

Sobre a origem da contraordenação, o senhor **Presidente da Câmara** enumerou alguns incumprimentos tais como a vandalização da vedação do parque infantil; ausência de placa com os números de emergência; ausência de livro de registo de manutenção; ausência de seguro de responsabilidade civil, etc. -----

Não havendo mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n. 1 do art. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Manuel Augusto Meirinho

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2022.09.28
15:10:36 +01'00'

A Assistente Técnica, Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe

Anexo 1

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 22 de junho de 2022 08:53
Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal
Assunto: Regimento da Assembleia
Anexos: Diapositivo1.png

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Informo que publiquei na rede social facebook o post que junto envio.
Fiz a publicação na minha qualidade de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal, por considerar a questão do Regimento essencial para elevar a qualidade da democracia sabugalense.

Apresento os meus melhores cumprimentos
O Deputado Municipal
(José Alves Escada da Costa)

Assembleia Municipal do Sabugal ALELUIA! Vamos ter REGIMENTO



Água mole em pedra dura tanto bate até que fura!

- ✓ Aleluia! o Sr. Presidente da Assembleia Municipal alterou a posição, que manifestou, de não haver necessidade de alterar o Regimento. Muito bem! Congratulo-me por isso!
- ✓ Congratulo-me com a perspetiva de a Assembleia passar a funcionar com um Regimento legal, o que não tem vindo a acontecer, há mais de 8 anos, sob a presidência do Sr. Manuel Meirinho!
- ✓ Congratulo-me por ter sido constituído um Grupo de Trabalho, para o efeito!
- 😞 Lamento que o Sr. Manuel Meirinho, no seu púlpito de Presidente, tenha tido a necessidade de achincalhar um deputado municipal para que tal alteração se venha a verificar, supostamente em breve.

REPITO:

Neste meu mandato vou continuar a insistir na valorização da nossa AM e no fortalecimento da qualidade da democracia sabugalense

JOSÉ ESCADA DA COSTA
deputado independente
assembleia municipal **SABUGAL**



Anexo 2

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 23 de junho de 2022 23:30
Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal; Alexandre Manuel Nunes Gonçalves; Ana Sofia Rito Nobre; António Bernardo Morgado Gomes Dionísio; António César Marcos Gata; António Luís Miranda dos Santos Serra; Carina Marques Rocha Fernandes; Elisabete Martins Ramos Robalo; Fernando Joaquim Pires Januário; Filipe Miguel Santos Nunes; Francisco Costa Carvalho; Germano Fernandes; Idalina Mendes Lopes; João Carlos Taborda Manata; João Manuel Aristides Duarte; João Manuel Filipe da Calva; João Manuel Manso Dias; Jorge Dias; José Alves Escada da Costa; José António Gonçalves Galhano; José António Inácio Nunes; José Ramos Pires Manso; Julia Bogas; Luís Manuel Nunes Sanches; Manuel Augusto Meirinho Martins; Marisa Sofia Gonçalves Martins; Norberto Tavares Pelicano; Patrícia Alexandra Ferreira Batista; Sandra Isabel Santos Fortuna; Sandro Manuel Martins Freire; Silvina Martins Vaz da Silva; Tânia Cristina Pires Leal; Freguesia de Águas Belas; Freguesia de Aldeia da Ponte; Freguesia de Aldeia do Bispo; Freguesia de Aldeia Velha; Freguesia de Alfaiates; Freguesia de Baraçal; Freguesia de Bendada; Freguesia de Bismula; Freguesia de Casteleiro; Freguesia de Cerdeira; Freguesia de Foiós; Freguesia de Malcata; Freguesia de Nave; Freguesia de Quadrazais; Freguesia de Quintas de São Bartolomeu; Freguesia de Rapoula do Côa; Freguesia de Rebolosa; Freguesia de Rendo; Freguesia de Soito; Freguesia de Sortelha; Freguesia de Vale de Espinho; Freguesia de Vila Boa; Freguesia de Vila do Touro; UF de Santo Estevão e Moita; UF de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos; UF de Lajeosa e Forcalhos; UF de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba; UF de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas; UF de Sabugal e Aldeia de Santo António; UF de Seixo do Côa e Vale Longo; Maria da Purificação Rodrigues Nabais; Vitor Proença; Sílvia Nabais; Amadeu Neves; Paulo Cruz; Victor Cavaleiro; Isabel Lavrador; Pedro Figueiredo
Assunto: Ata 02 / 2022 - Grupo de Trabalho para o Regimento - VOTO DE PROTESTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Para ser presente ao plenário da Assembleia Municipal do Sabugal do dia 24/06/ 2022 apresento um veemente VOTO DE PROTESTO pela criação do Grupo de Trabalho para elaboração do Regimento, segundo a Ata 02 /2022:

Voto de protesto sobre a constituição do Grupo de Trabalho para elaboração do Regimento da Assembleia

O CDS_PP considera que foi cometida, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal, uma grave ilegalidade e uma condenável atitude antidemocrática ao iniciar o procedimento de elaboração do Regimento da Assembleia, com a criação de um Grupo de Trabalho, sem a participação do CDS-PP.

O CDS_PP considera que o Sr. Presidente desrespeitou a Lei do Estatuto do Direito da Oposição em termos do direito de consulta prévia e de direito de participação.

O CDS_PP reserva-se assim o direito de recorrer para as entidades competentes.

Apresento os meus melhores cumprimentos

**O Deputado Municipal
(José Alves Escada da Costa)**

Anexo 3

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 23 de junho de 2022 12:37
Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal; Presidência - Município do Sabugal;
Vânia Filipe
Anexos: Diapositivo1.png

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Sabugal

Junto envio uma Recomendação ao Sr. Presidente da Câmara do Sabugal , sobre apresentação de documentos, para ser presente à Assembleia Municipal do Sabugal de 24 de junho de 2022, no período "Expediente".

Apresento os meus melhores cumprimentos
O Deputado Municipal
(José Alves Escada da Costa)

Recomendação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal do Sabugal Sobre procedimento de apresentação de documentos

Na última AM de 29/04 o Sr. Presidente da Câmara apresentou à AM, para discussão e aprovação, as contas referentes ao ano 2021.

A reunião de Câmara que apreciou as contas realizou-se a 24 /04, ou seja 5 dias antes. A ata dessa reunião foi publicada em meados de Maio e apresenta uma declaração de voto dos vereadores do PS.

O CDS-PP considera essa declaração muito importante e de leitura obrigatória. Pela sua importância deveria ter acompanhado o documento que foi submetido à AM.

Para que o órgão deliberativo e fiscalizador melhor possa fundamentar a sua posição o CDS-PP recomenda, ao órgão executivo, a devida alteração processual relativamente aos documentos submetidos a esta Assembleia, PARA QUE TODAS AS POSIÇÕES SEJAM DO SEU CONHECIMENTO.

Pela boa política no Sabugal

Grupo do CDS – PP na Assembleia Municipal
Sabugal 23 de junho de 2022



Anexo 4

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 23 de junho de 2022 10:00
Para: Presidência - Município do Sabugal; Assembleia Municipal - Município do Sabugal; Vânia Filipe
Assunto: Pedido de informação e esclarecimento sobre o Edifício Expo-Sabugal (ex-DACHE)

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Sabugal

No desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal, solicito ao Sr. Presidente da Câmara a seguinte informação e esclarecimento sobre o Edifício da Expo- Sabugal (ex- Dache):

Estando definitivamente deliberado pelo Tribunal de Contas, de forma inequívoca e irrevogável através do Acórdão 20/20 de 6 de Abril, já transitado em julgado, que o edifício pertence ao Município do Sabugal e sendo :

a) Da competência da Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º n.1, al. I) da Lei das autarquias locais que aprovou o respetivo regime jurídico, “elaborar o inventário dos bens patrimoniais do Município e respetiva avaliação a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal solicito ao Sr. Presidente da Câmara informação sobre qual é a previsão para cumprir essa obrigação, i.e, quando tenciona submeter o inventário atualizado à apreciação da Assembleia Municipal, conforme se determina expressamente no artigo 25.º n.º 2 al. I)

b) Competências próprias do Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35.º n.º 1 al. d) e n.º 2 al. I) desta Lei “elaborar e manter atualizado o cadastro de bens imóveis do município e proceder aos registos prediais do património imobiliário” respetivamente, solicito seja informado se já foi atualizado o cadastro com a introdução do edifício da Expo-Sabugal (ex-“DACHE”) e o mesmo registado na Conservatória do Registo Predial em nome do Município.

c) Estando a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco uma ação cível de indemnização pela “DACHE” contra o Município do Sabugal, queira informar-me sobre o estado em que a mesma se encontra e solicito uma cópia da contestação.

Apresento os meus melhores cumprimentos

O Deputado Municipal
(José Alves Escada da Costa)